

1989/1991: UMA ONDA DE REVOLUÇÕES DEMOCRÁTICAS PARCIALMENTE VITORIOSAS, QUE NÃO IMPEDIU A DERROTA DIANTE DE CONTRA-REVOLUÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL

VALÉRIO ARCARY¹

INTRODUÇÃO

Existem felizmente discussões que são resolvidas pela história. Não parece mais ter sentido um debate se houve ou não restauração capitalista depois da queda do Muro de Berlim. Pelo menos no que diz respeito à URSS e ao Leste europeu, já que em relação à China e a Cuba não são poucos aqueles na esquerda e inspirados no marxismo que ainda estão convencidos que seriam Estados engajados em algum tipo de transição, mesmo que na longuíssima duração, ao socialismo.

Mas, quando, como e porque a restauração capitalista teria acontecido na URSS e no Leste Europeu permanece uma questão envolvida em grande polêmica. Porque é muito comum encontrar análises que rápida e superficialmente atribuíram às massas nas ruas a responsabilidade pela restauração, quando a revolução democrática em Berlim, a greve geral na Tchecoslováquia e depois na Romênia, ou as greves operárias na ex-URSS se levantaram para responder à tirania insuportável de décadas de regimes de partidos únicos monolíticos, e às seqüelas de um processo de restauração que já tinha se iniciado com a Perestroika de Gorbatchev que era mimetizada, em graus variados, pelos governos do Leste europeu.

A restauração capitalista nos anos noventa confirmou que a URSS não estava em transição ao socialismo, como acreditavam os apoiadores dos Partidos comunistas pró-soviéticos. Na verdade, a restauração foi dirigida pelos líderes dos PC's. Mas a URSS não era, tampouco, capitalista, ou capitalista de Estado. Senão a restauração não teria sido um processo contra-revolucionário, como de fato foi, com uma queda do PIB próxima à devastação de uma guerra. A idéia esdrúxula de uma URSS social-imperialista, como pensavam os apoiadores das organizações influenciadas pela elaboração da direção chinesa, não passou também a prova da história. Pode-se discutir muitos outros temas, mas esta dupla constatação parece hoje irredutível.

A ironia da história, no entanto, é que esta vitória intelectual não poupou os trotskistas das

seqüelas da imensa confusão, e até desmoralização que atingiu o conjunto da esquerda marxista mundial. Porque embora tivessem herdado o prognóstico de que a restauração capitalista era uma possibilidade, tinham feito a aposta estratégica de que a classe trabalhadora faria uma revolução política para evitar uma contra-revolução social e poderiam ser vitoriosos. Ao verem suas esperanças no proletariado, especialmente na classe operária russa, frustradas, a maioria do trotskismo entrou em crise.

Afinal, durante seis décadas, tanto os líderes imperialistas, quanto os dirigentes da URSS – e seus aliados na direção dos partidos comunistas e suas colaterais pelo mundo afora – acusaram ou defenderam a URSS como sendo socialista. Este grande consenso de amigos e inimigos levou uma grande maioria dos trabalhadores com aspirações socialistas a concluir, ingenuamente, que a URSS era socialista. A restauração capitalista diminuiu, portanto, a credibilidade do socialismo entre os trabalhadores e afetou todas as correntes da esquerda, mesmo aquelas que eram mais críticas diante do estalinismo. Tão importante quanto, todavia, é responder se a restauração capitalista significou uma mudança da época histórica aberta pela vitória da primeira revolução socialista em 1917, e que foi compreendida pelo marxismo como uma época de revoluções e guerras, isto é, um longo período histórico em que o capitalismo conheceria, hegelianamente, seu apogeu e sua decadência.

Os apologistas do capitalismo não esperaram muito para proclamar sua vitória. A restauração do capitalismo seria a prova irrefutável da sua superioridade histórica sobre o tipo de sociedade que existia na URSS e no Leste Europeu. O fim da URSS seria o fim do socialismo. O futuro seria o capitalismo, e a perspectiva de uma nova época de prosperidade. O crescimento econômico sustentável e paz mundial foram anunciados com euforia pelos meios de comunicação. Essa conclusão repercutiu, também, nos meios acadêmicos. Mesmo a esquerda revolucionária não permaneceu imune a estas pressões.

A RESTAURAÇÃO SIGNIFICOU O FIM DA ÉPOCA HISTÓRICA ABERTA PELO OUTUBRO RUSSO?

Admitida a hipótese de que a restauração do capitalismo, sem feroz resistência dos trabalhadores da URSS ou de qualquer outro país em defesa de suas conquistas sociais, teria sido uma derrota histórica irreversível, a conclusão inescapável seria a previsão de um intervalo de longas décadas antes que fosse plausível, novamente, imaginar a possibilidade de revoluções anti-capitalistas. Aceita a premissa de que teria acontecido uma mudança global desfavorável das relações de forças entre a revolução e a contra-revolução à escala mundial, a conclusão irreparável seria que uma mudança de época ocorreu. A luta pelo socialismo teria sofrido um revés incontornável com consequências devastadoras por algumas longas décadas.

A época aberta pelo outubro russo estaria, historicamente, encerrada. Derrotas históricas nacionais, como foi a derrota do proletariado chileno diante de Pinochet em 1973, são processos que determinam o quadro geral da relação de forças pelo intervalo, pelo menos, de uma geração. Derrotas históricas em um país de importância decisiva, com mais razão, podem deixar sequelas em uma escala continental, como foram, no seu tempo, a derrota do proletariado soviético diante da reação estalinista, ou do alemão diante do nazismo em 1932/33, e têm consequências mundiais sobre a relação de forças. Uma derrota em todo um sub-continente como era a URSS e os países do Leste europeu seria um cataclismo irreversível por toda uma etapa histórico-mundial, possivelmente, mais de uma geração. Como a luta pelo socialismo foi sempre compreendida, na tradição marxista, como um projeto em primeiríssimo lugar, político, portanto, uma aposta que deve ser plausível nas dimensões de uma vida humana, os exageros da caracterização da derrota histórica não podiam deixar de alimentar as perspectivas imediatas mais sombrias.

A perspectiva da história depois de passados vinte anos nos permite avaliar a restauração sem ampliar ou reduzir o seu significado. Não foi das tarefas mais fáceis, porque assim como liberais e gorbatchevistas se uniram antes de 1989 para defender que a URSS era socialista, depois se uniram para argumentar que as massas populares tinham se mobilizado pela restauração. Hoje está demonstrado e muito bem documentado que, na URSS e no Leste Europeu, mais do que uma resistência, houve uma revolução operária e popular contra a restauração capitalista e não o contrário. Houve uma revolução sem

revolucionários. O proletariado russo não faltou ao seu encontro com a história. Entretanto, a discussão sobre a mudança de época foi resolvida pela precipitação da crise internacional capitalista a partir de setembro de 2008. A restauração não permitiu sequer trinta anos de crescimento sustentado como entre 1945/75. Os anos de crescimento entre 1992/2000 e depois entre 2004/2007 ficaram para trás e até os entusiastas do capital admitem que estamos diante de uma crise duradoura, talvez, tão séria como a crise de 1929.

Nenhum escapismo de análise pode contornar, todavia, o tema da restauração na URSS. Uma avaliação da etapa internacional da luta de classes só pode ser adequada, historicamente, se a análise estiver enquadrada por uma perspectiva que tem como ponto de partida o processo que foi decisivo para a abertura do atual período histórico, ou seja, a questão russa.

Resumindo e, como sempre em um resumo, sendo esquemático: a questão russa são as circunstâncias do processo que levou à derrota de Gorbachev e, portanto, ao triunfo de uma onda de revoluções democráticas que derrubaram os regimes ditatoriais de partido único – e que teve, em nossa opinião, um signo histórico progressivo - e as dimensões da derrota que foi a restauração capitalista, ou seja, as devidas proporções de dois processos que se sucederam em ordem inversa à percepção que deles se teve no Ocidente, porque o primeiro foi consequência do segundo, e não o contrário.

Não foi a queda de Gorbachev que abriu o caminho para a restauração. Gorbachev e a direção do PC da URSS não eram obstáculos, mas os principais agentes desta restauração. A perestroika e a glasnost foram as peças fundamentais da restauração, e a revolução socialmente proletária e politicamente democrática contra Gorbachev foi um movimento de resistência ao capitalismo. Só assim será possível apreciar as consequências mais duradouras que se estabeleceram na relação de forças à escala internacional entre revolução e contra-revolução para o período histórico posterior.

ÉPOCAS HISTÓRICAS DO CAPITALISMO, ETAPAS POLÍTICAS NO SISTEMA INTERNACIONAL DE ESTADOS E CONJUNTURAS POLÍTICAS: AS TEMPORALIDADES NA LUTA DE CLASSES

É verdade que na primeira metade da década dos anos noventa abriu-se uma conjuntura internacional reacionária. Mas, essa conjuntura não pode ser sequer a referência para um julgamento da etapa política internacional pós-1989/1991, quanto mais para uma apreciação sobre a época. Uma etapa

política, em primeiro lugar, deve ser compreendida nos marcos de um quadro internacional relativamente estável no sistema de Estados, que é sempre uma refração da relação de forças entre revolução e contra-revolução.

Etapas se abrem ou se encerram em função de desfechos decisivos na luta de classes que estabelecem um quadro novo nas relações de forças por todo um período. São fases mais perenes que as situações, porém, mais reversíveis, também, que as épocas históricas. Essas vitórias ou derrotas das forças sociais em confronto, e as relações de forças que delas decorrem, se traduzem em mudanças no sistema inter-Estados. Vejamos em retrospectiva: em 1989/91, com o colapso da ex-URSS, assistimos ao esgotamento de uma longa etapa que se abriu ao final da Segunda Guerra Mundial. Quais foram os seus traços mais característicos? Em primeiro lugar, essa etapa surgiu como consequência da derrota do nazi-fascismo, na esteira de uma mobilização popular mundial incomparável de forças sociais e políticas que se uniram em uma frente militar comum depois da invasão da URSS em 1941.

A vitória dos Aliados sobre as potências do Eixo se traduziu em uma forma específica da organização do sistema inter-estados. A fundação da ONU de um lado, e da NATO e do “sistema” pactado em *Bretton Woods* (FMI, Banco Mundial, OIT, e depois de muitas rodadas de negociação a atual OMC) de outro, correspondia, como expressão de uma correlação de forças entre a URSS e os EUA ao final da Guerra Mundial, uma forma particular de hegemonia imperialista dentro de um “regime mundial” ou ordem mundial, ou seja, uma certa forma de institucionalidade internacional. A presença da URSS como super-potência militar, e seu impressionante prestígio, como resultado do papel do Exército Vermelho na derrota do nazi-fascismo, impunha a necessidade da coexistência pacífica nos marcos da guerra fria.

Nesta etapa assistimos à reconstrução capitalista da Europa Ocidental e do Japão, ou seja, às concessões que o assim chamado Welfare State representou para as classes trabalhadoras dos países centrais, e no seu rastro, aos trinta anos de expansão da economia mundial, sob as ruínas e as cinzas da brutal destruição de forças produtivas que a guerra tinha provocado. O eixo das lutas de classes deslocou-se para os países coloniais ou dependentes, na forma de um confronto agudo entre revolução e contra-revolução. Uma mudança de etapa foi, assim, o resultado de profundas comoções nas relações de forças entre as classes, que se expressaram em transformações significativas das esferas de influência no sistema inter-estados, questionando as formas hegemônicas anteriores. Entre essas formas hegemônicas podemos destacar o domínio de uma potência e de

uma moeda sobre o mercado mundial. Essa parece ter sido no passado uma regularidade. Mas recordemos que essa não foi a primeira mudança de etapa histórica que o século XX conheceu.

Já entre 1917 e 1923 tivemos uma outra etapa mais breve aberta pelo triunfo da revolução de Outubro, pela derrota em 1918 da Alemanha na Guerra, e fechada pela derrota da revolução alemã, e pelo início do processo de burocratização na recém fundada URSS. Esta etapa, excepcional em muitos sentidos, se definiu por ter um signo revolucionário: o triunfo da primeira revolução socialista.

A ela correspondeu um interregno no sistema inter-estados, um “intervalo” histórico, com o deslocamento do papel hegemônico inglês, o fracasso alemão na sua primeira tentativa de disputa de hegemonia, e o início de uma afirmação dos EUA como a nova potência capaz de oferecer estabilidade ao sistema mundial de Estados. Entre 1923 e 1943/45, tivemos também uma etapa histórica diferenciada, mas de signo inverso, uma etapa contra-revolucionária, e que poderia ter evoluído no sentido de uma mudança da época histórica, tivesse a URSS sido destruída ou o fascismo vitorioso na Guerra. Ela teve como fatores-chaves de caracterização a ascensão do fascismo e a degeneração burocrática do Estado Soviético, um período de grande instabilidade no sistema inter-Estados, em que não se deu a afirmação inquestionável de uma nova hegemonia imperialista que substituisse o lugar anteriormente ocupado pela Inglaterra.

No marco de cada uma dessas etapas podemos observar a sucessão de distintas situações mundiais, com flutuações da relação de forças entre as classes, ou seja, entre revolução e contra-revolução mundial, e das relações entre as nações no interior do sistema inter-estatal. Essas são as duas determinações fundamentais das etapas. As etapas históricas conhecem diferentes situações: períodos mais instáveis, em que as relações de forças evoluem e aos quais, grosso modo, correspondem as transformações quantitativas ou qualitativas nos regimes políticos. Esses se configuram nas formas plásticas das instituições nos quais se estrutura a dominação estatal. Sendo imensamente elásticas e variadas essas formas, como sabemos, traduzem os deslocamentos nas relações de força entre as classes, e no interior de cada classe.

Mas, não é incomum que o signo das situações seja contraditório com a dinâmica das etapas: e é esta sobreposição de tempos político-históricos que permite a explicação das transformações que resultarão nas mudanças de etapas, se ocorrem vitórias populares significativas ou derrotas que alterem a relação de forças. A alternância de situações expressaria, portanto, a

desigualdade dos tempos políticos que nunca permanecem petrificados, e explicaria o que podemos denominar como as situações transitórias: aqui reside a dialética dos tempos desigualmente desenvolvidos. Julgar as etapas pelo desenlace das situações – por exemplo, avaliar o pós 1989/91 pela primeira metade dos anos noventa - é um impressionismo que alimentará, irremediavelmente, conclusões precipitadas sobre a dinâmica do atual período histórico. Concluir que uma época reacionária inteira foi aberta pela restauração capitalista seria um erro da mesma natureza, mas ainda mais grave.

UM DESAFIO TEÓRICO INTACTO: POR QUÊ ACONTECEU A RESTAURAÇÃO?

A restauração capitalista na ex-URSS e no Leste Europeu se não resolveu, pelo menos colocou em um outro patamar um velho e hemorrágico debate sobre a natureza destas sociedades e seus Estados. Durante décadas a esquerda discutiu, apaixonadamente, se eram sociedades socialistas, como argumentavam os partidos comunistas alinhados com Moscou; se existia algum tipo de capitalismo de Estado, como argumentaram os dirigentes chineses; ou se eram Estados operários burocraticamente degenerados, como argumentavam os militantes da Quarta Internacional, entre outras hipóteses com menor influência na esquerda organizada.

Esta discussão foi resolvida, irrevogavelmente, pela história. A restauração capitalista demonstrou que não eram ainda, antes de meados dos anos oitenta, formações econômico-sociais capitalistas. Confirmou, por outro lado, que essas sociedades não estavam, evidentemente, em transição ao socialismo. Afinal, as ditaduras de partido único foram derrubadas pelas massas proletárias e populares que, supostamente, seriam as suas beneficiárias.

Não obstante, o processo da restauração confirmou, também, que as relações econômico-sociais que existiam na URSS e no Leste Europeu eram superiores ao capitalismo, e não inferiores. Durante os anos noventa aconteceu na Rússia e, em maior ou menor medida, nos países da Europa Oriental uma regressão econômica-social e cultural que só pode ser comparada, historicamente, às sequelas de uma guerra de devastação. Não é legítimo o exercício de comparação histórica entre uma Polônia e uma Áustria, ou entre uma Romênia e uma Holanda. A comparação apropriada é entre a situação, por exemplo, na Ucrânia antes e depois da restauração. A migração desesperada de centenas de milhares de ucranianos para a Europa Ocidental em busca de emprego nas atividades mais mal remuneradas, infinitamente inferiores às suas

qualificações, nos conduz a uma conclusão incontestável: a restauração capitalista aprofundou a crise nacional destas sociedades.

O problema político-histórico colocado pela restauração capitalista permanece, entretanto, intacto para os socialistas, enquanto o marxismo não oferecer uma resposta satisfatória à questão decisiva: quais foram os processos que levaram à vitória da contra-revolução e que tornaram possível um desenlace tão dramático.

Surgiram as mais variadas hipóteses, embriagadas de ideologia. Para os conservadores a restauração foi o fim de uma guerra civil mundial declarada pelos bolcheviques em 1917, e o triunfo final da propriedade privada, porque ela corresponderia ao que é a natureza humana; para os liberais a restauração aconteceu porque a democracia e o mercado seriam as únicas alternativas ao fracasso do totalitarismo e ao planejamento burocrático; para os pós-modernos, mais de esquerda ou mais de direita, a restauração era inevitável porque a tentativa de ordenar o futuro em função da mobilização revolucionária do proletariado era um projeto político messiânico com ambições históricas demências; para os estalinistas linha dura a restauração foi obra de uma conspiração que uniu do Papa polonês a Reagan, e manipulou as aspirações consumistas de massas infantilizadas - e ingratas - mas Gorbachev foi, também, responsável porque não teve a coragem de fazer o que os chineses fizeram em Tian An Men; para os reformistas social-democratas mais pragmáticos foi somente mais uma confirmação de que a proposta marxista de um regime socialista, portanto, democrático não seria possível.

Nenhuma dessas hipóteses é minimamente satisfatória para o marxismo. A resposta teórica para o processo da restauração deve ser procurada, concretamente, na decadência das formações econômico-sociais do Leste e da URSS, ou seja, na pressão imperialista que manteve o controle do mercado mundial, e na crescente dependência e, finalmente, impasse econômico dos Estados burocráticos; e nas limitações da organização independente dos trabalhadores depois de décadas de regimes ditatoriais aterrorizadores que revelaram-se insuperáveis.

Mas a originalidade histórica da restauração é que a contra-revolução econômico-social foi conduzida vertiginosamente pelos Estados, a partir da máxima cúpula, quando decidiu destruir o monopólio sobre o comércio externo. Na seqüência, o dismantelamento do planejamento e, finalmente, as privatizações foram complementares. Que um Estado monolítico – como eram os Estados burocráticos no Leste e na URSS - tivesse essa capacidade de desgastar e destruir, em poucos anos, a estrutura social que permaneceu de pé

durante décadas pode nos surpreender. A elaboração sobre o papel do Estado na elaboração marxista, em especial as referências sobre o lugar do Estado prussiano na unificação alemã, recuperada por Hal Draper (1978), nos oferece as pistas teóricas para compreender como o papel de Gorbatchev foi o de um bismarckismo às avessas: a via prussiana cunhada por Lenin, ou a revolução passiva de Gramsci, ou seja, foi a realização de uma tarefa progressiva com métodos reacionários. Gorbatchev com todos os discursos sobre uma economia socialista de mercado e as referências à NEP dos anos vinte, tentou ser um Deng Xiao Ping, mas já era tarde demais. Tratava-se da realização de uma obra reacionária sem a possibilidade de usar os métodos contra-revolucionários que vingaram em Pequim.

A DESTRUIÇÃO DO INTERNACIONALISMO FOI A DERROTA HISTÓRICA MAIS IMPORTANTE

A destruição do internacionalismo como uma corrente influente do movimento operário internacional provocou, a partir dos anos trinta, o divórcio das lutas no Ocidente e no Leste, no Norte e no Sul, e a associação do socialismo às tiranias burocráticas diante do proletariado do Ocidente, foram os maiores obstáculos à luta pelo socialismo no século XX. Estão entre as derrotas mais profundas do marxismo, como movimento político-ideológico. Esse foi o significado histórico do estalinismo. A restauração capitalista, em perspectiva histórica, foi o seu corolário. Só o vigor da revolução mundial permitiu a sobrevivência da URSS até o início dos anos noventa. Sem a revolução chinesa, a dinâmica histórica de restauração teria acontecido muito provavelmente mais cedo, com Krushev.

A luta pela revolução mundial perdeu o seu principal ponto de apoio, a URSS e, em consequência, a III Internacional foi destruída. O muro de Berlim caiu sobre a cabeça dos militantes que aderiram às interpretações campistas: as visões do mundo que interpretavam o século XX como o cenário de uma disputa entre o campo capitalista e o campo socialista. Mas, não se poderia perder, em 1989/91, aquilo que já tinha sido perdido sessenta anos antes.

Os mais de quinze anos que nos distanciam da dissolução da URSS já são, portanto, um intervalo suficiente para que, pelo menos, três conclusões possam ser retiradas. Em primeiro lugar, a restauração capitalista foi um processo histórico regressivo. A restauração transformou a Rússia, um país que viveu depois da revolução de outubro um dos processos de desenvolvimento econômico-social e cultural, comparativamente, mais rápidos e

mais complexos do século XX, em um país exportador de matérias primas, em primeiro lugar, de petróleo e gás, com uma inserção, incomparavelmente, mais dependente no mercado mundial, do que a posição que mantinha antes de 1991, vulnerável a um processo de colonização econômica, que teve como consequência um tipo de acumulação capitalista "primitiva" – formação de grupos burgueses lumpenizados a partir das camarilhas burocráticas mais poderosas, como a KGB e as Forças Armadas - com todas as doenças sociais associadas.

A longa estagnação que vinha dos anos setenta deu lugar, depois da restauração, a um retrocesso do PIB que, em poucos anos, de forma vertiginosa, ficou reduzido, talvez, à metade; aumentou a desigualdade social; diminuiu a expectativa de vida média da população e ocorreu um retrocesso educacional sem paralelo no último meio século. As liberdades democráticas conquistadas no calor das mobilizações operárias e populares contra Gorbatchev foram usurpadas, as liberdades civis e sociais foram corrompidas, e não surpreende que o regime político que se consolidou com Putin - com o apoio dos EUA e da União Européia - seja um presidencialismo bonapartista entre os mais reacionários do mundo.

A segunda conclusão é que aconteceu, entre 1989 e 1991, uma das vagas mais poderosas de revoluções operárias e populares do século passado. Não é difícil admitir, como é óbvio, que a restauração capitalista na URSS e no Leste Europeu foi uma vitória do capitalismo mundial. Mas, tem sido muito mais difícil a compreensão de que a derrota do regime de partido único que existia na URSS de Gorbatchev foi provocada pela entrada em cena, pela primeira vez depois da consolidação da ditadura estalinista em Moscou no final dos anos vinte, do proletariado russo. Foi uma onda de greves gerais e mobilizações políticas de massas imponentes que atingiu a Europa Oriental e se estendeu até à Rússia, com uma força de impulso internacional e dimensões continentais.

A vaga das revoluções políticas democráticas triunfou de forma quase instantânea sobre as ditaduras burocráticas – mesmo na Romênia onde Ceausescu e sua fração ensaiaram uma maior resistência – confirmando, também, neste terreno da prova decisiva da força político-social respectiva da burocracia e das massas operárias e populares, que as castas privilegiadas da nomenclatura não eram uma classe burguesa. As revoluções democráticas de 1989/1991 derrubaram os regimes de partido único, mas não foram além. Não foram revoluções sociais. Não reverteram o processo de restauração capitalista que já tinha se iniciado. Tampouco surgiram destas mobilizações

novas organizações marxistas e revolucionárias com influência de massas.

Mas, estas limitações não diminuem a grandeza da mobilização de milhões de trabalhadores e jovens. Aqueles que atribuem ao imperialismo a mobilização de massas que aconteceu em Berlim, a greve geral que produziu o colapso do Exército em Bucareste, ou as greves operárias na Rússia, porque elas contrariaram suas escolhas políticas, predileções ideológicas, ou opções teóricas, aderiram a uma perspectiva conspirativa da história que é incompatível com o marxismo. As amplas massas em movimento não estavam agindo contra si mesmas: como em todos os processos revolucionários aprendiam no calor dos acontecimentos a ter confiança na sua luta. As revoluções não vêm com um manual de instruções.

As revoluções anti-burocráticas foram tão legítimas quanto todas as grandes revoluções populares do século XX. Assim como na esmagadora maioria dos processos revolucionários – inclusive a revolução russa de 1905 e de fevereiro de 1917 - tinham muita clareza do que queriam derrubar, mas muito menos certezas de quem queriam colocar no poder e ao serviço de que projeto. A quarta revolução russa – a primeira foi a de 1905, a segunda a de fevereiro de 1917, e a terceira a de outubro de 1917 – foi a última revolução do século XX, e obteve uma das vitórias políticas mais decisivas: a derrubada do regime estalinista na sua fortaleza mais poderosa, Moscou.

O muro de Berlim e a burocracia do PC da URSS não foram deslocados por Washington, nem por Berlim, nem pelo Vaticano. Foi o proletariado do leste europeu, em especial as massas populares russas e seus aliados que os derrotaram, e existiu alguma justiça histórica nesse desfecho. A restauração, no entanto, não foi obra das massas operárias e populares que se levantaram contra as ditaduras burocráticas para arrancar suas legítimas reivindicações sociais e democráticas, mas dos aparelhos políticos que estavam no poder, aliás, como foi, também, a restauração capitalista na China, embora seja muito menos polêmico.

O paradoxo de que lideranças que usavam o vocabulário marxista e partidos que se auto-proclamavam comunistas tenham sido os agentes e principal instrumento da restauração capitalista é menos misterioso do que parece. Na história é menos incomum do que geralmente se pensa que os sujeitos políticos e os Estados camuflam suas intenções com palavras de uma desfaçatez estarrecedora. Entre 1985 e 1991, Gorbachev e Yeltsin não pararam de escrever artigos e fazer discursos em defesa do socialismo para o consumo interno, um mais devoto do que o outro, enquanto negociavam com Reagan, cada um procurando se credenciar nas alianças internacionais como o mais

capacitado para levar adiante a restauração, ao mesmo tempo que disputavam o apoio de frações da burocracia contra o outro. O ódio à burocracia entre as massas não se confundia com ódio ao socialismo.

É verdade que, posteriormente, o imperialismo – que, ironicamente, apoiava a transição lenta e gradual dirigida por Gorbachev, “a la chinesa”, para preservar a estabilidade social - conduziu uma operação ideológica para fazer a associação ou identificação da luta por liberdades democráticas, uma reivindicação protagonizada pelas massas com métodos revolucionários, com a defesa da economia de mercado, um programa que unia as mais diferentes alas da burocracia, dos tecnocratas moderados aos gangsteres açougueiros. Foi, também, nesse marco, e como parte de um processo muito desigual de país para país, que proliferou uma espantosa confusão ideológica entre as massas populares.

A operação intelectual de atribuir à revolução o que foi a obra da contra-revolução é, no entanto, uma confusão muito mais grave e, portanto, imperdoável. A mobilização de milhões nas ruas de Berlim derrubou o regime de opressão da Stasi, e assim foi também, na ex-Tchecoslováquia, com a extensão da greve geral, ou na Romênia dos Ceausescu e, finalmente, na URSS. Eram esses regimes que estavam fazendo a restauração capitalista.

A terceira conclusão é que a restauração capitalista encerrou a etapa política aberta no fim da Segunda Guerra Mundial, mas não abriu uma nova época de prosperidade na história do capitalismo, semelhante, por exemplo, à segunda metade do século XIX. Abriu-se uma nova etapa política porque mudou, radicalmente, em função da dissolução da URSS, a situação no sistema internacional de Estados. No entanto, o período que nos separa de 1991 já é um intervalo suficiente para sustentar a conclusão de que o capitalismo não está diante de décadas de prosperidade.

Os defensores das análises campistas insistiram em conclusões devastadoramente pessimistas, porque acreditavam que a existência da URSS equivalia à permanência de uma retaguarda estratégica da luta mundial pelo socialismo. Estão, agora, inconsoláveis. Não passou a prova da história que a existência da URSS tivesse sido um fator de impulso à revolução mundial entre 1945 e 1989/91. Muito ao contrário, o papel da URSS foi chave, justamente, para preservar a ordem mundial negociada em Yalta e Potsdam, como não deixaram de perceber os analistas mais lúcidos, inclusive, entre os mais reacionários.

O controle da tendência à radicalização das mobilizações populares, como, por exemplo, na América Latina desde 2000, em especial nos

processos equatoriano, argentino, boliviano e venezuelano ficou, incomparavelmente, menor. Não surpreende que mais de dez presidentes tenham sido defenestrados em função de lutas populares que expressaram o desgaste dos ajustes recolonizadores que se aprofundaram nos últimos quinze anos. A inexistência de um aparelho contra-revolucionário, como foi o estalinismo durante mais de meio século, à frente das organizações populares foi parcialmente compensada pelo fortalecimento de outros aparelhos, que são, todavia, mais frágeis do que eram os antigos partidos comunistas, justamente, porque não podem se apoiar em Moscou, ou seja, em um Estado muito poderoso.

É verdade que a credibilidade do socialismo diminuiu diante das novas gerações que chegaram à vida adulta depois de 1989/91. Mas, a questão mais importante para a caracterização da relação de forças na nova etapa política mundial é a apreciação da capacidade do imperialismo para estabilizar a sua dominação: seja no Oriente Médio, Palestina e Iraque; seja na Ásia Central, no Paquistão e Afeganistão; seja na América Latina, Bolívia, Equador ou Venezuela. À luz da crise econômica mundial aberta em 2007/08 essa perspectiva é remota.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o Marxismo Ocidental**. Trad. Carlos Cruz. Porto, Afrontamento, 1976. (Crítica e sociedade 10).

BROUÉ, Pierre. **Histoire de l'Internationale Communiste: 1919-1943**. Paris, Fayard, 1997.

DRAPER, Hal. **Karl Marx's theory of revolution: The theory of the state**. New York and London, Monthly Review Press, 1978. (vol. I).

HERNANDES, Martin. **O veredito da História**. São Paulo, Sundermann, 2008.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Paz e Terra, 1975

TROTSKY, León. **En defensa del marxismo**. Buenos Aires, El Yunque, 2ª ed., 1975.

TROTSKY, Leon. **El pensamiento vivo de Marx**. Buenos Aires, Losada, 1984.

TROTSKY, Leon. **Programa de transição: a agonia mortal do capitalismo e as tarefas da Quarta Internacional**. São Paulo, Proposta, 1981.

é doutor em história pela USP, e autor de *As esquinas perigosas da história, situações revolucionárias em perspectiva marxista*, São Paulo, Xamã, 2004, e *O Encontro da revolução com a história, socialismo como projeto na tradição marxista*, São Paulo, Xamã/Sundermann, 2007.

ⁱ Professor no IF/SP (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo),